

From: [Andre Lehmann](#)

To: saesp@inpi.gov.br

Sent: Wednesday, March 21, 2012 9:20 AM

Subject: Contrariedade a lei de patente de software

Patentes de software são, nos países em que a lei se aplica a software, um dos maiores entraves tecnológicos existentes no mundo do software.

Vide os atuais casos de guerras de patentes entre Samsung x Apple, ou as empresas especializadas em comprar patentes de software com o único objetivo de processar outras e ter como fonte de lucro somente essas patentes (aka Microsoft ganhando dinheiro com Android)

Então, venho eu, André Luiz Lehmann, encarecidamente pedir ao INPI que não dê prosseguimento ao processo para a criação de leis a favor das patentes de software.

Att,

André Lehmann

RESPONSÁVEL: André Luiz Lehmann

DATA DE ENVIO: 21/03/12

RESPOSTA:

As Diretrizes de Exame apresentadas visam uniformizar os procedimentos de exame de pedidos de patente envolvendo criações que se referem ou se baseiam em implementações por programa de computador, e não criar ou modificar leis. A regulação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial é dada pela Lei 9279 de 14 de Maio de 1996 (Lei da Propriedade Industrial – LPI). Face às manifestações apresentadas através do processo de consulta pública, o texto das diretrizes foi revisto de forma a melhor esclarecer pontos relevantes.

Esclarecemos que o INPI não concede patente a programas de computador, pois estes não são considerados invenção pelo inciso V do Art. 10 da LPI. Tais programas são, entretanto, passíveis de proteção através da Lei de Direito Autoral nº 9.610/1998, observando o disposto na Lei de Software nº 9.609/1998.

Enquanto a LPI garante ao inventor o direito de proteger as características técnicas associadas a uma invenção, o Direito de Autor protege a expressão do trabalho intelectual relacionado à invenção, ou seja, o programa de computador em si. Assim, mesmo se o inventor de um processo implementar tal processo através de um programa de computador, este processo (e não o programa) pode ser protegido através do sistema de patentes.

Com relação a empresas especializadas em comprar patentes de software com o único objetivo de processar outras, Michael Risch argumenta (*“Patent Troll Myths”*. 2012, http://works.bepress.com/michael_risch/16/) que o que se conhece dos chamados *patent trolls* (NPE- *Non Practicing Entity* – o titular não explora a invenção comercialmente) é baseado em dados pontuais, que ganham grande destaque na imprensa mas que não são representativos das patentes que sofrem litígios. Allison, Lemley e Walker (*“Patent quality and risk aversion repeat patent litigants”*. --- http://www.nber.org/public_html/confer/2010/SI2010/IPPI/Allison.pdf) mostram que NPEs levados aos tribunais conseguem ganho de causa em apenas 8% dos casos.

Ronald Mann (*“The Myth of the Software Patent Thicket: An Empirical Investigation of the Relationship Between Intellectual Property and Innovation in Software Firms”*, Texas University, 2004. <http://law.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1058&context=alea>) mostra que empresas grandes como a IBM tipicamente cobram royalties de outras empresas somente quando as mesmas têm faturamento suficiente para justificar esta medida. Para Mann, as patentes têm como principal vantagem para pequenas empresas protegê-las contra o potencial de dominação das empresas já estabelecidas, especialmente em seus primeiros anos quando estão mais vulneráveis em busca de investidores. As entrevistas mostram que as pequenas empresas em geral não realizam buscas para saber se suas tecnologias infringem patentes existentes, ou seja, a ameaça de litígios não é percebida como uma ameaça real para estas empresas. A IBM que aparece com o maior portfólio de patentes em software possui uma política não agressiva, resultado de sua experiência antitruste anterior, o que contribui para este ambiente não litigioso, que se contrapõem com o cenário descrito pelos que denunciam a presença de *patent trolls*.